

APRESENTAÇÃO E DEPOIMENTOS DO 2.º DOSSIÊ AS EDITORAS PORTUGUESAS E O SEU PATRIMÓNIO EM DEBATE

*Daniel Melo (org.),
Carlos Veiga Ferreira, Fernando Paulouro Neves e Francisco Pedro Lyon de Castro*

1. TEXTO DE APRESENTAÇÃO DOS DEPOIMENTOS

*As editoras portuguesas e o seu património em debate: intróito
problematizante às intervenções aos 2.º e 3.º encontros*

Este dossiê dá sequência a um outro publicado no número anterior desta revista, demonstrando que o encontro pioneiro «As editoras e o seu património: preservar, disponibilizar e divulgar como medidas urgentes», realizado em Outubro de 2012 na Fundação Gulbenkian, ganhou continuidade, projecção e diversidade. Essa continuidade justifica-se pela pertinência do tema e pela importância em sistematizar depoimentos para difusão e reflexão. Trata-se de chamar a atenção para questões que julgamos serem dignas de estar no centro das agendas pública e científica: a necessidade de salvaguardar, estudar e difundir o património e a memória colectiva destas instituições-chave da cultura (mas também da economia) que são as entidades contemporâneas ligadas ao mundo do livro e do impresso em geral (e as editoras surgem aqui apenas como aquelas que mais facilmente representam esse universo, não esgotando a totalidade), o que se procura alcançar partindo da recolha de testemunhos de agentes ligados a essa área da actividade humana. Nesse sentido, este formato tem como eixo orientador o debate de quais as melhores soluções para garantir a salvaguarda dos arquivos históricos e doutra documentação, equipamento e memória relevante dessas instituições, num contexto duma maior deterioração dessa documentação por défice de condições satisfatórias de conservação e de possíveis perdas significativas no quadro das fusões institucionais que têm decorrido nos últimos tempos.

Outrossim o seu organizador, e autor destas linhas, continua empenhado em recolher e prefaciá-lo criticamente uma versão escrita dos depoimentos pronuncia-

dos nas sessões, pois assim se garante um registo perene para tais intervenções (enriquecendo o ainda escasso acervo de fontes primárias específicas), se aprofunda a reflexão e se possibilita a sua chegada a mais amplos auditórios.

No presente dossiê optou-se por juntar os depoimentos aos dois novos encontros entretanto realizados, ambos na Biblioteca Municipal Camões, organismo da Câmara Municipal de Lisboa que, com a sua abertura, sinaliza o começo de uma nova parceria institucional, a juntar às outras que o Centro de História da Cultura tem promovido em torno da salvaguarda e estudo da edição portuguesa contemporânea e que foram referidas no dossiê anterior.

O 2.º encontro (considerando o encontro pioneiro como o 1.º desta série) realizou-se então a 23 de Abril de 2013, contou igualmente com sala cheia e nele intervieram Carlos Veiga Ferreira (fundador das edições Teodolito, enquanto ex-editor da Teorema e ex-presidente da União dos Editores Portugueses), Fernando Paulouro Neves (escritor, jornalista e ex-director do *Jornal do Fundão*), que falou das edições e tipografia do grupo editorial homónimo, e Vasco Silva (editor do Grupo Babel), enquanto responsável por casas históricas como a Ática, Guimarães Editores, Ulisseia, Arcádia e Verbo. Foi assim simbolicamente assinalado o Dia Mundial do Livro.

O 3.º encontro decorreu a 20 de Maio passado, só contou com meia sala, e nele intervieram Arnaldo Saraiva (professor catedrático da Universidade do Porto), enquanto bibliófilo e coleccionador, designadamente de literatura de cordel, e Francisco Pedro Lyon de Castro, representando a 3.ª geração das Publicações Europa-América. Foi também convidada Narcisa Fernandes, sócia-gerente da Editorial Minerva (a casa responsável pelo primeiro romance de Saramago e pelo *Almanaque Borda d'Água*), que não pôde comparecer devido aos preparativos da presença da editora na Feira do Livro de Lisboa.

Embora todos se tenham prontamente disponibilizado para redigir uma versão escrita, dois oradores não puderam entregar a sua a tempo de entrar neste número. Dado que a riqueza destes encontros deriva em boa medida da diversidade de perspectivas dos oradores que nele têm intervindo, optou-se por incluir aqui um registo de todas as intervenções (e não só das que não foram entregues), em síntese por mim proposta a partir dos apontamentos que retirei nas sessões. Nesta apresentação de certo modo problematizante, referirei também o essencial do teor dos debates que se seguiram às intervenções dos oradores convidados, pois reputa-se relevante saber a opinião e impressões do maior número possível de cidadãos interessados pelas questões em apreço.

Começo então por me referir à exposição de Carlos Veiga Ferreira, convidado enquanto ex-responsável pela Teorema, uma editora independente de referência no campo do ensaio e da narrativa estrangeira de ficção (com c. 700 títulos), e ex-presidente da União dos Editores Portugueses (UEP, em 2006-9), que foi uma plataforma que representou boa parte dos editores portugueses entre 1999 e 2009, tendo depois se fundido com a APEL, da qual era uma cisão.

Na sua intervenção, o actual editor de Teodolito chamou desde logo a atenção para a importância de as editoras preservarem os distintos catálogos que foram produzindo ao longo dos tempos, sob pena de não haver rasto de um indicador precioso da sua actividade editorial, e referiu o tipo de documentação que as editoras guardam e que ele próprio guardou relativo à editorial Teorema, após a sua saída (em finais de 2010) da casa que fundara (em 1973) e que é detida actualmente pelo grupo Leya.

Esta menção permite-nos ter uma ideia do tipo de documentação a que uma parte dos editores têm mais sensibilidade para reconhecer como sendo importante preservar: catálogos, correspondência, contabilidade, contratos com autores e colaboradores, críticas aos livros publicados e, quanto às editoras fundadas sob ditadura, a documentação relativa às intervenções policiais e judiciais e à apreensão de livros. Mas deve ressaltar-se que não é só essa a documentação que os arquivistas (especialistas que estipulam qual o universo documental que deve integrar os arquivos definitivos, vulgarmente designados por históricos) e os estudiosos consideram ser digna e motivo de salvaguarda e análise, devendo envolver toda a documentação que de algum modo foi relevante no conjunto das funções e actividades desempenhadas por determinada entidade, pública, privada ou associativa. Naquela lista faltam os contratos relativos à sociedade editorial, as fotografias, o material ligado à edição física do livro, desde manuscritos, provas, capas, entre outros tipos de documentação relevante. Ainda sobre a documentação que guardou da Teorema, Carlos Veiga Ferreira assumiu que ela está disponível para consulta por estudiosos, reforçando a sua intervenção uma das facetas destes encontros, que é a de se saber que acervos específicos existem para consulta e estudo.

Defendeu o mesmo orador a ideia de um Museu da Edição, para preservar estes acervos documentais e valorizar o trabalho dos seus agentes. Sobre outras ideias para uma necessária política pública específica remeteu para as actas dos dois congressos da UEP⁽¹⁾. Tanto quanto sei, estas actas não foram publicadas num formato

(1) A saber: I Congresso de Editores em Portugal, 18-19/IV/2001; II Congresso de Editores Portugueses, 13-14/XI/2006. Sobre o tema vd. cobertura jornalística em, respectivamente, <http://www.publico.pt/cul->

facilmente acessível (uma parte saiu em suplemento no *Jornal de Negócios*, vd. n.º de 24/V/2007), pelo que fica aqui o repto para a possibilidade de uma edição seleccionada de contributos de teor mais proposicional por parte da revista *Cultura*. E deixou no ar uma pergunta sobre o paradeiro de arquivos históricos importantes, a começar pelo das Publicações D. Quixote, fase Snu Abecasis. Quanto ao arquivo da UEP, calcula que possa estar na posse de um ex-secretário-geral, dr. Bruno Pacheco, actual secretário-geral da APEL.

Referiu-se ainda à génese da Teorema e como a carga subversiva do respectivo nome (ligação a um filme de Pasolini) não foi detectada pelos censores que lhe concederam licença para fundação de uma editora, embora tivessem recusado o primeiro nome sugerido, o de Lobo Mau, que acabou por encabeçar uma colecção, já que os títulos destas não tinham que ser visados pela censura.

Fernando Paulouro Neves falou detalhadamente das edições e tipografia do *Jornal do Fundão*, enquanto ex-director do semanário homónimo, jornalista com décadas de casa e sobrinho do fundador, António Paulouro. O grupo do *Jornal do Fundão* foi fundado em 1946, quando surgiu o referido semanário, que é hoje uma referência da imprensa portuguesa, não só pela sua cobertura do noticiário regional mas sobretudo pelo perfil cultural que buscou e pelo combate cívico que moveu à ditadura desde 1958, em prol da democracia, das liberdades e do desenvolvimento.

O escritor e jornalista decano principiou por abordar o editor enquanto agente da memória colectiva e a antiguidade da censura enquanto força de bloqueio do pensamento e da liberdade de expressão, sinalizando os marcos negros do Império Romano e da Inquisição.

Seguidamente, centrou-se nas actividades do grupo *Jornal do Fundão*, demonstrando a riqueza e diversidade do respectivo projecto editorial, tipográfico e jornalístico-cultural. Atestou a riqueza do seu projecto e catálogo editoriais, em boa medida no âmbito cultural, devido à qualidade e diversidade de áreas (poesia, teatro, conto, cinema, etc.), tendências e autores abarcados, aos vários suplementos literários de referência publicados pelo *Jornal do Fundão* e à dinâmica trazida pelos respectivos coordenadores editoriais⁽²⁾. Abordou livros saídos dos seus pelos

[tura/noticia/congresso-de-editores-arranca-hoje-na-gulbenkian-19440](http://www.tsf.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=713881) e http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=648699.

(2) Designadamente, Alexandre Pinheiro Torres, Artur Portela filho, Herberto Helder, António Aragão, Ernesto Melo e Castro, Vítor Silva Tavares, António Paulouro e António Sena.

e que levaram cortes de censura (como *História de amor*, de José Cardoso Pires) ou que foram compostos de modo encoberto, como o *Escritos políticos*, de Mário Soares, datado de 1969. Relatou ainda vários episódios respeitantes à censura e repressão sob a ditadura de Salazar e Caetano, destacando-se o caso *Luuanda*, livro de Luandino Vieira que foi premiado pela Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) com o Grande Prémio da Novela de 1965 e logo proibido pelo regime, que reage ainda com repressão política. Entre as várias medidas, ressalta a prisão de três membros do júri e a extinção coerciva da SPE. Outra, menos conhecida, foi justamente a suspensão de edição e circulação do *Jornal do Fundão* por meio ano, como represália por ter concedido um suplemento literário ao livro premiado⁽³⁾. Circulou então uma edição do livro atribuída ao grupo *Jornal do Fundão* mas na realidade ‘fabricado’ por agentes da PIDE-Braga, para fazer dinheiro e denegrir aquela instituição baluarte da oposição. No campo da edição, a tipografia foi ainda usada para publicar encomendas, usando por vezes outro nome para encobrir a sua produção (como Gráfica das Beiras), ou por vontade dos autores, como no caso da colecção humorística «O Mundo Ri», coordenada pelo irmão do fundador do grupo, Armando Paulouro, e desenhada e construída por José Vilhena. Entre as obras encomendadas, e além das já referidas, destaca-se a publicação de vários livros das colecções «Imbondeiro» e «Bailundo», ligadas a um grupo de intelectuais liderado por Leonel Cosme e Garibaldi de Andrade e que procurava divulgar a nova literatura angolana dos anos 1960/70.

Para um desenvolvimento destes assuntos, bem como da questão do arquivo histórico do *Jornal do Fundão*, remeto o leitor interessado para o depoimento escrito que o orador nos enviou.

Vasco Silva, editor do Grupo Babel, não pôde enviar o seu depoimento em tempo útil, ficando em aberto a hipótese de sair em número posterior da revista *Cultura*. Enquanto actual responsável por casas históricas como a Guimarães Editores, Ática, Ulisseia, Arcádia e Verbo, referiu-se ao itinerário diverso de cada uma das dessas editoras que constituem o núcleo duro do grupo Babel, embora algumas partilhando uma mesma direcção familiar inter-geracional. Uma questão relevante por si introduzida no debate foi a da preservação da documentação electrónica, em especial a correspondência trocada por correio electrónico, o que já fora aflorado

(3) Cf. “História de uma suspensão”, *Jornal do Fundão*, 21 de Maio de 1993, s. p.

no primeiro encontro por João Alvim, actual presidente da APEL. Quem guarda? O quê? E o que se pode fazer entretanto? Estas foram as três questões centrais deixadas para reflexão.

Novamente, foram relatados episódios de perdas de património impresso relevante, como o de um volume de 1712 do *Vocabulário português e latino* (de Rafael Bluteau) usado como papel de embrulho numa mercearia oitocentista. Ou a constatação pelo orador do reduzido acervo documental existente na editora Ática aquando da sua aquisição pelo grupo Babel, o que se deveu em parte à suspensão de actividade desde os anos 1980. Já quanto à Verbo, foi referido a preservação dum importante acervo fotográfico relativo ao trabalho levado a cabo no âmbito do mega-projecto da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, publicada entre 1963 e 1995.

Para ajudar a preservar os arquivos históricos das editoras contemporâneas portuguesas, e para valorizar o trabalho destas, Vasco Silva mostrou-se também favorável à criação de um Museu da Edição, preconizando que a APEL seria a entidade mais indicada para liderar este projecto.

No período de debate, intervieram da plateia Francisco Noronha de Andrade (Romano Torres), Rui Beja, Nuno Medeiros e Ricardo Álvaro, entre outros. O herdeiro da editora Romano Torres defendeu que o desejado Museu da Edição deveria antes denominar-se Museu do Livro, um nome mais amplo e que mais facilmente concitaria o apoio dos distintos agentes ligados ao universo do livro e do impresso. Já o estudioso e ex-presidente da APEL, Rui Beja, achou que uma liderança deste projecto museológico e arquivístico pela associação representativa do sector implicaria um prévio entendimento entre os associados, o que se lhe afigurava difícil, atendendo ao histórico recente de conflito e ao facto de muitos editores usarem o segredo como arma do negócio, o que poderia dificultar a cedência dos seus arquivos históricos. Em contrapartida, parecia-lhe mais exequível que o trabalho fosse sendo desenvolvido no quadro universitário, onde a investigação específica já está dando os seus passos. Foi também então referido como entidades indicadas como parceiras estratégicas a Fundação Mário Soares (que arrancou recentemente com uma Casa da Memória) e o sector empresarial (mecenato). Já o sociólogo da edição Nuno Medeiros referiu que a abertura do país para estas questões só seria possível após o surgimento de 2-3 monografias de casas editoras, alertando ainda para o facto de a documentação e outros materiais que interessam ao estudioso ser

(praticamente) tudo o que foi produzido pelas editoras e outros agentes do livro, incluindo aqueles papéis que os agentes do meio costumam achar desinteressantes e sem qualquer préstimo para estudo, como recibos e facturas. Ricardo Álvaro, quadro do grupo Babel, alvitrou que as editoras em geral veriam o seu trabalho como um *work in progress*, algo em construção, daí tenderem a prestar pouco cuidado com o seu arquivo histórico. Onde, muito trabalho de sensibilização seria necessário efectuar para alterar predisposições mentais dos agentes do meio. O moderador Daniel Melo alertou novamente para a necessidade de se encontrarem soluções para o tempo imediato, mesmo que temporárias e limitadas, justamente para poder fazer a casos de perigo iminente de perda patrimonial.

O 3.º encontro foi aberto por Arnaldo Saraiva, enquanto bibliófilo e coleccionador, designadamente de literatura de cordel, um tipo de edição cuja relativa marginalidade histórico-cultural e histórico-social (pelo menos em Portugal) traz problemas acrescidos quanto à preservação de colecções representativas. Por compromissos académicos ligados à arguição de teses académicas, não pôde enviar o seu depoimento em tempo útil, ficando em aberto a hipótese de sair em n.º posterior da revista *Cultura*. Não obstante, tentarei seguidamente sistematizar alguns dos pontos da sua prelecção que me pareceram mais úteis para a presente reflexão.

Arnaldo Saraiva abriu com um intróito à literatura de cordel em Portugal e Brasil, suas diferenças e semelhanças, fechando na constatação de fortunas diversas, ou seja, do ocaso luso em meados de novecentos à sua pujante persistência em terras brasileiras. Referiu-se à riqueza da sua colecção específica, contendo bons conjuntos representativos da edição portuguesa e brasileira (este com c. 4 mil folhetos), o que a torna única em termos internacionais. Esta colecção não pretende ser exaustiva mas determinada pelo gosto pessoal do coleccionador. Uma amostra representativa da mesma, intitulada «Literatura de cordel brasileira. Folhetos de Arnaldo Saraiva», esteve patente na Biblioteca Nacional de Portugal em 2013⁽⁴⁾.

Mencionou a importância das bibliotecas particulares para a preservação de boas colecções bibliográficas e documentais (cartas, manuscritos, etc.). Além da colecção de cordel (incluindo folhetos e estudos), a sua biblioteca particular formada por quase 50 mil livros abarca uma grande variedade de temas, tendo porém

(4) Vd. http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=782:mostra-literatura-de-cordel-brasileira-8-mar&catid=163:2013&Itemid=812&lang=en.

extensos núcleos para as principais áreas de trabalho do orador: literaturas portuguesa e brasileira. Exemplificou algumas tipologias nela presentes: livros religiosos, escolares, contos populares, cancionero infantil, lengalengas, etc. Arnaldo Saraiva disponibilizou-a para estudo dos seus fundos por interessados, extensivo ao acervo documental que também guarda.

Seguidamente, aludiu à biblioteca do colecionador brasileiro José Mindlin, cuja colecção brasileira reunida durante mais de oitenta anos contém c. de 17 mil títulos em 40 mil volumes e foi doada pela família à Universidade de São Paulo (USP), tendo dado origem à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), aberta em 2005⁽⁵⁾. É uma colecção preciosa, como a própria USP destaca naquela página: «Com o seu expressivo conjunto de livros e manuscritos, a brasileira da BBM é considerada a mais importante colecção do gênero formada por um particular». O correspondente processo de doação merece ser considerado como de referência para outras potenciais doações, não só pelo prestígio da instituição de acolhimento, a USP, mas sobretudo pelas contrapartidas que efectivamente esta universidade tem vindo a realizar em termos de valorização do acervo, com a sua digitalização gradual e disponibilização em linha (vd. Projeto Brasileira USP), estudos, seminários, etc. A talhe de foice, note-se que este famoso bibliófilo brasileiro foi também editor, o que vem bem revelado no livro *José Mindlin, editor* (Edusp, 2004), idealizado e prefaciado por Plínio Martins Filho, e organizado por Tereza Kikuchi.

O orador aludiu ainda a espólios e bibliotecas particulares de portugueses ilustres que foi possível salvar (como a biblioteca de Alberto Serpa), que foram desmembrados (biblioteca de Laureano Barros, dispersa e vendida ao desbarato) ou sofreram processo litigioso (caso do espólio do casal Cecília Meireles e Correia Dias, amigos de Fernando Pessoa). Mencionou algumas soluções mais adequadas para a sua salvaguarda, designadamente o envolvimento dos próprios colecionadores e das suas famílias na guarda desse património e o recurso institucionalizado a comissões públicas de averiguação, formados por peritos e mais bem preparadas do que as actuais. Quanto a este último ponto, e uma vez que tal institucionalização acarretaria a indispensável elaboração de critérios de base uniformes, cabe perguntar que perfil, que meios, que destino final quanto a instituições de acolhimento, caso não possam ficar junto dos próprios colecionadores, herdeiros ou de seus familiares?

(5) Vd. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/node/916>.

Por fim, Arnaldo Saraiva apoiou a criação de um Museu do Livro, e também de um Museu da Imagem e do Som, à imagem do que se faz em países como a França e cuja vocação mais ambiciosa não é coberta pelo Museu da Cinemateca Portuguesa, basicamente constituído por espécimes de máquinas de filmar e projectar.

Aproveita-se a oportunidade para mencionar um texto recente de Arnaldo Saraiva – “Augusto dos Santos Abranches, o rumor de uma vida” (Público, 4/III/2013, p. 47) – dedicado à actividade editorial (e autoral e ensaística) de um intelectual português que promoveu como poucos o intercâmbio lusófono, tendo dinamizado pólos como a livraria (e editora) coimbrã Portugália, a *Vértice* e o grupo do Novo Cancioneiro, a livraria Minerva Comercial (na Moçambique colonial) e o jornal *Portugal Democrático*, da oposição lusa em São Paulo, entre muitos outros periódicos.

Francisco Pedro Lyon de Castro interveio enquanto representante da 3.ª geração das Publicações Europa-América, tendo chegado a trabalhar junto de seu avô, o fundador Francisco Lyon de Castro, e trabalhando agora junto de seu pai, Tito Lyon de Castro. Tem portanto uma já extensa experiência profissional na casa editorial da família.

Antes de falar da sua editora, começou por referir a sua faceta de colecionador, tendo c. de 17 mil livros e duas colecções especiais, uma do ciclo arturiano, outra relativa à cidade e concelho de Sintra.

Seguidamente, abordou a história das Publicações Europa-América através duma crítica e refutação à suposta imagem negativa e politicamente correcta que dela foi sendo construída por outros. Desde logo, porque o fundador sempre quis ficar em Portugal, mesmo quando teve ofertas para transferir a sua sede para a Suíça (por parte do governo local), como sucedeu em 1965, após uma mega-apreensão de livros pela polícia política que provocou uma grave crise na editora. Desse modo revelou o seu sentido patriótico. Apesar disso, e da sua actividade na edição de autores portugueses e de obras de ensaio, arte, etc., foi considerado um editor capitalista, supostamente movido prioritariamente pelo lucro. Aquando da revolução de 1974, acumulou o epíteto de fascista, neste caso pelo seu apoio público ao Partido Socialista (cabe notar que Francisco Lyon de Castro fora militante do Partido Comunista Português nos anos 1930/40, tendo depois cortado relações com essa força política). Outra crítica corrente à editora remetia para as suas más traduções, embora alguns tradutores da casa sejam reconhecidos no meio.

Para reconstruir aquela que lhe parece uma imagem mais fiel da casa, da sua história e do seu projecto, Francisco Pedro Lyon de Castro optou por relatar oito episódios que considerou marcantes da memória e história da instituição.

O primeiro respeita ao *best seller 2455 cela da morte* (*Cell 2455 death row*, 1954), de Caryl Chessman, texto cujos direitos de edição tinham sido adquiridos pela Bertrand no Brasil e que esta deixou expirar. A rival Europa-América soube e resgatou a edição para o mercado português, cujo êxito em 1959/60 lhe assegurou uma fonte preciosa de visibilidade e de receitas. Com esse pecúlio criou infra-estruturas sólidas (armazém, oficinas gráficas e escritórios modernos concentrados num mesmo espaço) para a projecção e sustentabilidade económica futura da editora. Resta mencionar que a Bertrand desistira da publicação devido a constrangimentos do seu posicionamento situacionista, pois por essa altura o presidente norte-americano Eisenhower visitaria Portugal a convite de Salazar e o livro era já um libelo internacional de denúncia da pena de morte que se praticava naquele país⁽⁶⁾.

O segundo e restantes episódios – que abordam parceria com Jorge Amado, José Hermano Saraiva e António Damásio, e trabalhos com obras como *O Hobbit* (de Tolkien), *As sandálias do pescador* (de Morris West), *O evangelho segundo Judas* (de Jeffrey Archer e Francis Archer) e Oswald Le Winter, *Desmantelar a América e Democracia e Secretismo* –, serviram igualmente para ilustrar a atenção e respeito da editora para com autores, obras e temas com impacto na esfera pública e junto de uma mais ampla comunidade de leitores, bem como a sua postura plural, avessa a afunilamentos político-partidários ou político-ideológicos (para mais detalhes vd. depoimento do orador neste mesmo dossiê).

O orador pugnou pela preservação da memória do mundo do livro e da edição através de entrevistas e depoimentos, ajudando assim a consolidar as fontes não impressas, no que é uma via defendida por diversos estudiosos, e tal como também preconizámos em artigo de balanço da questão publicado no número anterior desta revista. E defendeu a criação de um Museu-Arquivo da Edição, mais vocacionado para os estudiosos.

Afiançou que as Publicações Europa-América conservam um grande acervo documental relativo à instituição, aberto para estudo pelos interessados e que está bem organizado até certa data. Resta saber se esse acervo também alberga docu-

(6) Vd. Pedro Pereira Leite, *Mercadores de letras. Rumos e estratégias dos editores e livreiros na divulgação cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, Marca d'Água, 1999, p. 73/4; nb: v.o. tese de mestrado na FLUL, 1998.

mentação relativa às outras editoras do grupo, parte delas adquiridas (Editorial Inquérito, Realizações Artis, Publicações Alfa), a outra parte chancelas da casa (CETOP, Lyon Edições). Além disso, a empresa (ou a família?) conserva ainda o espólio pessoal do fundador, incluindo uma carta que o ditador Salazar lhe endereçou a pedir-lhe cuidado com os livros que andava a editar. Aludiu ainda um caso feliz de doação de um acervo importante e que pode tornar-se num exemplo de referências para outros processos em Portugal. Trata-se do espólio fotográfico de Adelino Lyon de Castro, irmão de Francisco, co-fundador da editora e fotógrafo artístico. O seu espólio foi doado ao Museu do Chiado, através de um contrato que determinava de modo escrupuloso um conjunto de condições e contrapartidas, tendo entretanto sido realizadas uma exposição e um catálogo com base nesse materiais. Apesar desta experiência bem sucedida com uma instituição estatal, Francisco Pedro Lyon de Castro considera que haverá mais sensibilidade para se doar este tipo de acervos caso surjam particulares que façam convites seguros e que sejam tidos à partida como de confiança, caso da Fundação Gulbenkian.

Por parte da editora, lembrou ainda que ela já organizara ou colaborara na organização de diversas exposições documentais temporárias, como a dedicada ao fundador - «Francisco Lyon de Castro – Cidadão militante 1914/2004», em 2005, e que circulou pela FLUL, Associação 25 de Abril, Fundação Mário Soares e escolas públicas.

No debate final deste 3.º encontro intervieram Raul Reis, Nuno Medeiros, Francisco Pedro Lyon de Castro, Arnaldo Saraiva e o moderador.

O colecionador e professor do ensino secundário Raul Reis deteve-se na problemática das doações, evocando exemplos do seu conhecimento. Relatou o caso pessoal da cedência de equipamento gráfico a um liceu/ escola secundária, que não conseguiu reaver apesar de já não ser utilizado, que tinha sido o fim da doação. Mencionou ainda que uma sua proposta de doação temporária de colecções de livros, que não tinha sido acolhida por uma biblioteca municipal (possivelmente por falta de espaço ou por dificuldade em assegurar a integridade ou segurança total desse núcleo). Por fim, referiu o caso da colecção de 100 mil cartazes doados à Universidade de Aveiro por Francisco Madeira Luís e José Duarte, que esta acondicionou em bons suportes mas que não tem tido a divulgação e estudo que julga merecedores⁽⁷⁾.

(7) Apesar desta colecção estar disponível para pesquisa em linha no Sinbad- Sistema Integrado de Biblioteca e Arquivos Digitais; vd. <http://www.ua.pt/sbidm/museu/PageText.aspx?id=16962>.

Na restante parte do debate, onde falaram Nuno Medeiros, Francisco Pedro Lyon de Castro, Arnaldo Saraiva e o moderador, criticou-se o facto do Arquivo da RTP ter uma menor acessibilidade que o homónimo francês, o que é extensível para o Arquivo Nacional de Imagens em Movimento. Realçou-se a importância das doações e cedências estarem bem salvaguardadas em contratos escrupulosos, defendeu-se o aprofundamento do mecenato cultural dirigido à edição e ao livro, referiu-se a importância do Museu de Imprensa portuense, por ser feito pela iniciativa privada e ter conseguido manter um certo dinamismo. A necessidade de se reforçar a divulgação cultural pelos *media* foi outro tema consensual.

2. DEPOIMENTOS DO DOSSIÊ

2.1. *Carlos da Veiga Ferreira, “É assim que se faz a História”*

2.2. *Fernando Paulouro Neves, A tipografia e a editora do Jornal do Fundão – elementos para a memória de um tempo*

2.3. *Francisco Pedro Lyon de Castro, A memória dos livros para além dos livros*

2.1. Carlos da Veiga Ferreira, “É assim que se faz a História”⁽⁸⁾

Edita-se em Portugal, de forma consistente e continuada, praticamente desde que Gutenberg inventou a imprensa. Ao longo destes séculos, a edição conheceu altos e baixos, mas as grandes obras de autores portugueses e estrangeiros sempre foram publicadas, e algumas com um sucesso que ainda hoje é digno de admiração. Está feita em grande parte a história dessas edições; não assim a história dos editores e editoras, que continua muito lacunar.

Estas lacunas dever-se-ão, em grande parte, à falta de documentação e de arquivos disponíveis das casas editoriais mais marcantes. Como qualquer empresa, mais ou menos exaustivos, também as editoras tiveram e continuam a ter os seus arquivos de correspondência, contabilidade, contratos com autores e colaboradores, críticas aos livros publicados e, no caso das editoras anteriores ao 25 de Abril, a documentação referente às intervenções judiciais e apreensão de livros, etc. Nalguns casos, a documentação será ainda mais abrangente, sabido como é que essas empresas eram em muitos casos editoriais e livreiras.

(8) Este título é uma citação do poeta Eduardo Guerra Carneiro, amigo do autor do presente depoimento.

Sabe-se que os livros, ao contrário da imprensa em geral, não estavam submetidos ao regime de censura prévia (ao contrário do que passava na vizinha Espanha). No entanto, os heterodoxos, em matéria de política ou de «bons costumes» podiam, e foram muitas vezes, alvo de interdição judicial, com apreensão dos exemplares existentes e processos levantados aos seus editores, autores e até tradutores. Muitas casas editoriais viram assim apreendidos dezenas de milhares de livros. Lembro aqui o caso das Publicações Europa-América cujo responsável, o meu saudoso amigo Francisco Lyon de Castro, possuía e me mostrou 3 enormes *dossiers* sobre as apreensões dos seus livros e as suas relações com a justiça fascista. São também dezenas os casos em que editores foram chamados ao SNI ou à PIDE, devido à sua actividade e não foram poucos que, em consequência foram detidos.

Mas, se os livros não estavam sujeitos a censura prévia, a denominação das editoras carecia de aprovação pelo SNI. Refiro aqui o caso quase anedótico da Editorial Teorema, a que os seus sócios pretendiam ter chamado Lobo Mau. Os responsáveis daquele serviço devem ter cheirado neste nome eflúvios de esquerdismo, quiçá subversão, e negaram a sua aprovação. Surgiu então o nome TEOREMA (ainda mais esquerdizante, pois remetia para o filme de Pasolini com o mesmo nome). Mas, provavelmente São Arquimedes e São Pitágoras intervieram nas privilegiadas cabeças dos doutos decisores e o nome passou. Como o nome das colecções não requeriam aprovação, a primeira colecção da Teorema chamou-se... LOBO MAU.

Estas e outras histórias só poderão ser conhecidas e preservadas se for possível o acesso aos arquivos das editoras. Temo, porém que muitos deles possam já ter desaparecido. Existirão ainda os arquivos da Parceria António Maria Pereira, Cosmos, Aillaud e Lello, Inquérito, Romano Torres, Sá da Costa, Portugália, Afrodite, Prelo, Dom Quixote (do período de Snu Abecassis), Contraponto, para referir apenas algumas? Se se tiverem esfumado no tempo, será impossível fazer boa parte da história da edição em Portugal.

Por isso, me parece tão importante esta iniciativa que vem abrir o debate e espero dê lugar a um esforço consistente de preservação da documentação que ainda existe e deve ser conservada e estudada. Pela minha parte, disponho de um vasto arquivo da actividade da Teorema, que poderei disponibilizar. Suponho que outros editores terão a mesma posição.

Como e que fazer? Como já alvitrei, porque não avançar com a criação de um Museu da Edição, numa parceria que envolvesse o Estado, algumas Fundações,

a Universidade e os editores interessados. Porque não? Serão o Livro e a Edição menos importantes do que o Traje, o Teatro, o Design e as Marionetas?

Juntemo-nos, cheguemos a um consenso, tão na moda por estes dias, e demos um primeiro passo, para que a memória não se perca.

Lisboa, 14 de Julho de 2013

Carlos da Veiga Ferreira

2.2. Fernando Paulouro Neves, *A tipografia e a editora do Jornal do Fundão – elementos para a memória de um tempo*

Quero agradecer ao Daniel Melo a oportunidade de participar nesta sessão sobre a memória da edição contemporânea que se articula com um interessante projecto em boa hora lançado pelo Centro de História da Universidade Nova de Lisboa. Não é demais sublinhar esta atenção a uma área temática – os arquivos das editoras – à volta das quais tem persistido uma lamentável indiferença adivinhando-se, por isso, irremediáveis destruições de património documental.

E, no entanto, estamos perante um universo cultural singular, o das editoras e das tipografias, absolutamente imprescindível ao conhecimento da história do livro e da cultura, designadamente no tempo do salazarismo, em que o livro, como fermento do pensamento e da consciência crítica, foi fortemente reprimido. As editoras e as tipografias, sujeitas a condicionalismos pesados de controlo, desempenharam um papel crucial nesses combates pela história, de que também falava Marc Bloch, consubstanciados na liberdade e no direito ao pensamento.

O fio de tempo da história regista a forma perita da longa duração que envolveu a repressão contra os autores, os livros e os espaços afluentes da sua produção e divulgação, numa factualidade imemorial que ganha amplitude com a Inquisição e prossegue pelas ditaduras e totalitarismos, com as suas cortinas de medos e as suas fogueiras da intolerância, que não materializavam muitas vezes outra coisa senão a morte do livro e do pensamento, prenunciando sempre a morte do homem.

Tudo isso está bem documentado, mas o esquecimento subalterniza a sua importância e dissolve a memória dos acontecimentos, perdendo-se a noção da natureza do controle das ideias e do imaginário e da ferocidade da perseguição pessoal reflexo de ideologias dominantes apostadas no empobrecimento cultural.

Essas estratégias de domínio e de persistência de ordens fundadas na ausência de liberdade, chegaram bem perto de nós, no século XX da mais longa ditadura da Europa, como então se dizia do salazarismo (com e sem Salazar) e nessa circunstância temporal radica a importância de saber o como, quando e onde dos arquivos das editoras, muitas com uma vida precária, pois elas constituem universos preciosos para ajudar a compreender a vida e o tempo cultural do país. A tudo isso acresce a natureza da sua relação com a Censura e a metodologia do controle que o regime exercia sobre elas e as tipografias que imprimiam os livros, tornando-se banal o recurso à PIDE para os autos de apreensão e outras tarefas repressivas.

No caso da tipografia e da editora do *Jornal do Fundão*, que é o tema da minha fala, onde a salvaguarda de acervo documental se perdeu, em larga medida, é de interesse o registo de memória de quem acompanhou boa parte desse tempo, que é o meu caso. À distância do tempo, é possível caracterizar o percurso biográfico do *Jornal do Fundão*, com o seu complexo de tipografia, jornal e editora, como um continuado acto de resistência, que, aliás, conduziu à suspensão do jornal, em 1965, por seis meses, como causa directa de um assunto literário, a publicação da notícia da atribuição do Prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores, a Luandino Vieira, no Suplemento Literário “Argumentos”, dirigido por Alexandre Pinheiro Torres.

Essa vocação cultural, centrada na produção do jornal – de que Suplementos Literários tão diversos como “Nova Literatura” (direcção de Artur Portela), “Poesia Experimental” (coordenado por Herberto Helder, António Aragão e Ernesto Melo e Castro) ou “& etc...” (dirigido por Vítor Silva Tavares e hoje nome de uma editora de culto) se citam aqui a título de exemplo –, projectou-se pelas iniciativas editoriais e pela produção de livros na tipografia.

No caso da editora, ainda será possível reconstituir um catálogo que inventarie os livros publicados, cuja edição começou em finais dos anos 50, com *Água Memória*, poesia de Maria Alberta Meneres, prosseguindo de forma irregular até meados dos anos 80. Entre essas iniciativas, deve realçar-se em 1960 a publicação da revista *Arco-Iris*, ao mesmo tempo informativa e cultural, que teve um sentido inovador. Saíram cinco números, o director era António Paulouro, o editor Álvaro Belo Marques, e que tinha Mário Henrique Leiria como redactor principal e colaboradores como Daniel Filipe, Maria Judite de Carvalho, Antunes da Silva, Armindo Rodrigues, Maria Helena da Costa Dias.

De certo modo, o projecto editorial do *Jornal do Fundão* (JF) viveu, sempre, marcado pela dimensão cultural que o próprio semanário tomou, polarizando à

sua volta os nomes mais destacados da literatura portuguesa e estendendo essa projecção ao Brasil, depois da vinda ao Fundão de Juscelino Kubitschek, em Janeiro de 1963, com iniciativas relevantes como as presenças de Erico Veríssimo, João Cabral de Melo Neto e Odylo Costa, e a colaboração, durante quase uma década (até à morte do escritor) de Carlos Drummond de Andrade.

É verdade que, até ao 25 de Abril, o jornal esteve submetido a medidas de censura especiais, mas o traço distintivo do projecto de informação do JF foi a sua expressão cultural, o que se materializou na colaboração de escritores ou ensaístas, de Portugal e do Brasil, de que as crónicas de José Saramago, “Deste Mundo e do Outro”, a partir de 1972, constituem um caso exemplar.

É, pois, interessante, registar algumas das edições do Jornal do Fundão, com a chancela Jornal do Fundão Editora, pelo que representam como tentativa de romper o cerco, no período que antecedeu o 25 de Abril, e que se pode situar entre os finais dos anos 60 e os primeiros anos da década de 70. Estão neste caso livros como *Revolução Industrial e Aceleração da História*, de Joel Serrão e Margarida Martins, *Eça na Ambiguidade*, de Maria Lúcia Lepecki, a colecção de teatro “Cena Actual”, colecção dirigida por Fernando Luso Soares (1972) que publicou peças como *O Fosso*, de Jaime Gralheiro, *A 10.ª Turista*, de Mendes de Carvalho, *Estrela para um Epitáfio* e *Jardim Público*, de Alexandre Babo, *A Noite dos Assassinos*, de José Triana, *O Herbicida*, de Carlos Coutinho, *António Vieira*, de Fernando Luso Soares, *Os Banhos*, de Maiakovski e *Humor Próprio*, de Orlando Neves e Pedro Bandeira Freire. (Colecção tão referencial que foi retomada, em 1996, por altura do Distrito de Castelo Branco capital do Teatro, editando peças de Manuel Martinez Mediero, Maria Judite de Carvalho, José Triana, José Guardado Moreira e João Camilo).

Outra colecção curiosa, nascida no âmbito do suplemento “& etc...” (1972): *Rainhas Cláudias ao Domingo*, de Virgílio Martinho, *Para Já Para Já*, de Vítor Silva Tavares; *As Aventuras do Major Bento*, de Nelson de Matos. Ainda nesse ano, *Sem Vento de Feição*, de Alexandre Babo, e no ano seguinte, 1973, *A Mãe*, de Máximo Gorki. São igualmente de referir a *Antologia da Poesia Feminina Portuguesa*, organizada pelo poeta António Salvado e uma outra que reúne a produção deste poeta entre 1955-1975 (editada em 1985).

De indiscutível significado cultural foi a edição da revista *nova - magazine de poesia e desenho*, publicação dirigida por António Paulouro, António Sena e Herberto Helder. Publicaram-se dois números (Inverno, 75/76 e Outono 76) e a *nova*, que se afirmava como rosto idiomático luso-castelhano, e dizia, como propósito, que

“as línguas castelhana e portuguesa, reconhecendo-se os divórcios e ignorância em que estão, podem afirmar-se como um nó cultural de onde partiu um impulso criador, que tem exemplo frontal na chamada América Latina e se institui agora em África”, é hoje uma preciosidade.

1971 é também o ano da publicação de *O Novo Conde de Abranhos*, de Artur Portela, com ilustrações de António Alfredo, livro que reúne crónicas de Portela, publicadas ou proibidas, no *Jornal do Fundão*. Em 1977, sai *Limite e Limiar*, textos de crítica literária de Luís de Miranda Rocha e em 1984 *Recordações de um Caminhheiro*, de Alexandre Babo. Acontecimento foi também, em 1991, a edição fac-similada dos onze volumes de *Etnografia da Beira*, de Jaime Lopes Dias ou dos *Apontamentos para a História do Concelho do Fundão*, de José Germano da Cunha, edição comemorativa do centenário da sua publicação.

Noutro plano, a tipografia do *Jornal do Fundão* seria espaço de produção de obras marcantes de outras editoras, como foi o caso, em 1960, do célebre *Dicionário Crítico de Algumas Ideias e Palavras Correntes*, de António José Saraiva (colaborador do JF), livro das Publicações Europa-América que a PIDE viria a apreender e proibir. Foi também na tipografia do JF que foi feita a primeira edição (da Ulisseia) da *Apresentação do Rosto*, de Herberto Helder, e de *A Porta dos Limites*, de Urbano Tavares Rodrigues (para a Arcádia) ou *Tempo de Cinzas*, do mesmo autor, em 1968 (para a Ulisseia), ou ainda *A Noite e o Riso*, de Nuno de Bragança, em 1968 (para a Moraes).

De todos eles, o que tem uma história mais curiosa é *Escritos Políticos*, de Mário Soares. Uma primeira edição tinha sido apreendida pela PIDE e o livro estava proibidíssimo. A tentativa de uma nova edição deparava com obstáculos intransponíveis: ninguém o queria imprimir. O dr.Mário Soares contou que foi António Paulouro que disponibilizou a tipografia do *Jornal do Fundão* para o fazer, o que era um risco brutal. E fez-se o livro, que saiu em 1969. O tipógrafo que fazia a composição do livro, disse-me que, sempre que entreva gente desconhecida na tipografia, escondia o original e punha-se a compor *O Milagre de Fátima*.

Uma nota especial deve merecer a Specil, editora organizada por Armando Paulouro, Simões Nunes e José Vilhena. Editava “O Mundo Ri” e os livros de Vilhena. Armando Paulouro editou *Stuart e os seus Bonecos*, com prefácio de Aquilino Ribeiro e a *Specil Inquietação*, de Rolão Preto.

“O Mundo Ri” e muitos dos livros de José Vilhena foram impressos na tipografia do *Jornal do Fundão*. Vilhena deve ter sido o autor mais proibido pela Censura. A

propósito de um livro da Specil, há um relatório do Censor que Cândido de Azevedo transcreve (*A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*) e que é elucidativo: "... O distribuidor – a firma SPECIL, editora de "O Mundo Ri" e também distribuidora de todos os livros do "Vilhena" é contumaz em toda a espécie de abusos e de negaças em relação à Censura. O compositor e impressor – o Centro Gráfico das Beiras - Fundão, que outra coisa não é que o assaz conhecido "Jornal do Fundão", em cujas oficinas têm sido impressas inúmeras obras indesejáveis, é portanto altamente suspeito".

Além da relação cultural com o Brasil, o "Jornal do Fundão" teve também uma acção importante com as Publicações Imbondeiro e com as "Publicações Bailundo", imprimindo na sua tipografia inúmeras obras.

Estes aspectos estão registados em dois textos publicados no *Jornal do Fundão* (3/10/97): o primeiro é assinado por Leonel Cosme ("As Publicações Imbondeiro e o Jornal do Fundão") e nele se reconstitui essa relação: "Na história das Publicações Imbondeiro, a tipografia do Jornal do Fundão teve a importância das mútuas relações de apreço, confiança e – por que não? – cumplicidade que tornou possível a existência, durante cinco anos, de uma iniciativa editorial surgida numa cidade do Sul de Angola – então Sá da Bandeira e hoje Lubango – que se propunha levar a cabo uma tarefa inédita em Portugal e supostamente impossível em 1969, divulgar e estimular, no mundo da lusofonia, os poetas e prosadores que escreviam em português" (era a "Colecção Imbondeiro"): o segundo é um texto de Inácio Rebelo de Andrade ("A colaboração do Jornal do Fundão com as Publicações Bailundo. O testemunho de quem viveu os acontecimentos de perto"): "... Recorda-se aqui com a maior saudade esse tempo de colaboração das Publicações Bailundo com o Jornal do Fundão, que correspondeu sempre às expectativas: Publicaram-se, então, a "Picada de Marimondo", do poeta Ernesto Lara Filho, e a "Hora Grande", do poeta cabo-verdiano Onésimo Silveira".

1 de Julho de 2013
Fernando Paulouro Neves

2.3. Francisco Pedro Lyon de Castro, *A memória dos livros para além dos livros*

Antes de mais, cumpre-me agradecer ao Dr. Daniel Melo o gentil convite que me endereçou para participar no “3.º Encontro «As editoras e o seu património: preservar, disponibilizar, estudar e divulgar como medidas urgentes»”.

Temática deveras importante na medida em que é impossível *fazer* a história de um país sem se *fazer* a História da sua Cultura. *In extremis*, a Cultura actua como factor psicológico numa sociedade, influenciando a política, a economia e todos os actos do Homem. E o Editor é actor principal neste palco, dependendo dele, muitas vezes, a memória para além ou por detrás de um livro.

De modo a poder concretizar a ideia do Editor como protagonista do palco cultural, começarei por traçar uma breve história da Editora que dirijo, as Publicações Europa-América, prossequindo com oito pequenas histórias que darão corpo à “memória para além dos livros”.

A Europa-América foi fundada em 1945 por meu Avô, Francisco Lyon de Castro, e por meu Tio-Avô, Adelino Lyon de Castro. A Segunda Guerra Mundial tinha terminado e os dois irmãos acharam que a Europa e a América estreitariam laços de tal modo que, culturalmente, passariam a ser um. Deste modo, e apesar do regime político que lhes era adverso, criaram uma editora com a ideia de divulgarem os autores americanos e europeus. Daí o nome Europa-América.

No começo dos anos sessenta, já sem o seu irmão, Francisco Lyon de Castro, decide retirar a editora de Lisboa (onde esteve sediada até cerca de 1961) e passá-la para Sintra (Mem Martins) para um edifício construído de raiz. Os amigos disseram-lhe que estava “louco”, que Sintra era muito longe e que tudo se passava em Lisboa. Mas Lyon de Castro teimou e chegou mesmo a pensar construir uma “Cidade do Livro”. O futuro acabaria por lhe dar uma certa razão. São várias as editoras de primeira linha que estão hoje sediadas no concelho de Sintra.

Pouco tempo depois de mudar a Europa-América para as suas novas instalações, a PIDE cerca o edifício e confisca mais de 60.000 livros, entre os quais se encontra o “perigoso” *ABC da Culinária*, de Etelvina Lopes de Almeida. Com tão rude golpe, a Europa-América está à beira da falência. Mas, mercê dos contactos que tinha feito nos Encontros Internacionais de Genebra, Lyon de Castro recebe um convite do cantão de Geneve para continuar o seu projecto na Suíça, estando

isento de pagar energia e comunicações. Recusa e afirma que Portugal é o seu País e é nele que tem de continuar a lutar.

Em 1974, com o 25 de Abril, pensa que finalmente poderá estar mais descansado e publicar sem ser perseguido. Enganou-se! Se no Antigo Regime o apelidavam de inconveniente e “comunista”, agora apelidam-no de fascista. A Europa-América tinha crescido “demais” para um País que via todos os grandes projectos como obra do fascismo.

Esta história da Europa-América em apenas quatro momentos serve não só como memória viva (a minha memória) da vida da editora como também serve para contextualizar as oito pequenas histórias que se seguem e que me parecem bons exemplos de memória para além dos livros.

A história de um livro não se esgota nele próprio, no seu conteúdo. Independentemente das razões que levam determinado autor a escrever acerca de um tema específico e das dificuldades que encontra ao longo da escrita (pesquisa, construção de personagens, recriação histórica, etc.), não nos podemos esquecer o trabalho do Editor que ajuda na escrita e na reescrita, nos seus conselhos, na escolha de determinado livro para publicação porque o momento é o apropriado e das vicissitudes da própria publicação que, tantas vezes, levam ao fracasso ou êxito de uma obra.

Neste sentido, seguem-se as oito pequenas histórias à volta de oito livros e alguns episódios que acompanham a sua publicação.

Caryl Chessman e *A Cela da Morte*:

Em 1959 é editado nos Estados Unidos um livro que põe o mundo a falar. *Cela da Morte Nº 2455* é escrito por Caryl Chessman, um homem condenado à morte e que fala no seu livro acerca de Humanidade e Direito. A nível internacional estala a discussão acerca da pena de morte.

Em Portugal, o livro está para ser publicado pela Bertrand. Mas, coincidentemente, o Presidente Eisenhower visita o nosso país em Maio de 1960 (o mês em que Chessman será executado). A Bertrand sofre várias pressões do Estado português no sentido de não publicar o livro e acaba por abandonar o projecto.

Lyon de Castro, sempre atento a temas sociais e com grande sentido de oportunidade, compra os direitos e publica a *Cela da Morte* a tempo da visita de Eisenhower.

Foi o primeiro grande best-seller da Europa-América; venderam-se dezenas de milhares de exemplares e com o dinheiro realizado, Lyon de Castro pôde fazer crescer a Europa-América.

Mas a afronta ao Estado e a Eisenhower custar-lhe-ia caro e cerca de dois anos mais tarde, o novo edifício da Europa-América é cercado pela PIDE e são apreendidos mais de 60.000 livros...

Jorge Amado e a *bunda* de Gabriela:

Há bem pouco tempo comemorou-se o centenário do nascimento do grande escritor brasileiro, Jorge Amado. Dizia que me tinha conhecido na “barriga de sua mãe” e Zélia, a mulher, tratava-me por “moço bonito”, alusão ao tratamento que Gabriela dava ao turco Nacibe. Eu e meu Irmão crescemos a ouvir as histórias do “Tio Jorge”. Foi por isso, com grande pesar, que verificámos que a exposição comemorativa ignora o papel desempenhado pela Europa-América e pela família Lyon de Castro na divulgação da obra do escritor.

Jorge Amado era um escritor maldito para o Estado português. Estava proibido de entrar no nosso País. Mas nem por isso deixou de o fazer. Desde chegar ao porto de Lisboa num transatlântico e receber jornalistas, personalidades e amigos no seu camarote, até fazer uma mega-sessão de autógrafos onde compareceram mais de 1.000 pessoas, algumas delas com malas cheias de livros para autografar, tudo se fez antes do 25 de Abril (e depois) para divulgar a obra de Jorge Amado.

O que poucos sabem é que o autor tinha verdadeiramente um especial carinho por Portugal e, nesse sentido, resolveu, ele próprio alterar nas suas obras vocábulos que eram então desconhecidos do povo português (ainda não estávamos na era das telenovelas). Um bom e fácil exemplo é o da “bunda” da Gabriela. Decidiu o escritor substituir esta palavra por “rabo”, como se pode constatar nas provas de “Gabriela Cravo e Canela” emendadas pelo próprio. Anos mais tarde, já após a sua morte, chegou-se a dizer que a Europa-América tinha alterado as obras do autor sem seu conhecimento.

José Hermano Saraiva e a *História Concisa de Portugal*:

Após o 25 de Abril, o Professor José Hermano Saraiva (antigo Ministro da Educação e Embaixador de Portugal no Brasil) foi, de algum modo, ostracizado pelo poder instituído e ignorado pela RTP onde tinha obtido grande sucesso com o seu programa de 1972, *O Tempo e a Alma*. Lyon de Castro, do outro lado do espec-

tro político, recebe-o de braços abertos e dá-lhe alguns trabalhos de análise de obras portuguesas clássicas (todos eles publicados pela Europa-América).

Mas é o filho de Lyon de Castro, Tito (meu Pai) que vai lançar o grande desafio ao Professor. Tendo estudado no Liceu Pedro Nunes e sendo particular apreciador da disciplina de História, Tito sempre achou que fazia falta um “manual” que reunisse de forma concisa a principal informação acerca da nossa História. O desafio foi lançado a José Hermano Saraiva e, em 1978, foi publicada por encomenda a *História Concisa de Portugal*. Até hoje venderam-se centenas de milhares de exemplares e é a História “oficial” do nosso País que circula em França, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Polónia, Rússia, China, Itália, Bulgária e tantos outros.

JRR Tolkien e *O Gnomo*:

Em meados dos anos setenta, em Portugal, Tolkien era um autor relativamente desconhecido. Da sua obra, só um livro tinha sido publicado no nosso País, *O Gnomo*. Os seus editores, a Civilização, desinteressaram-se pelo autor e Tito Lyon de Castro, apreciador do género e tendo estudado no Reino Unido, adquiriu os direitos das obras de Tolkien para a língua portuguesa. Depois de começar a publicar em 1981 a trilogia de *O Senhor dos Anéis*, em 1985, a primeira coisa que fez foi alterar o título de *Gnomo* para *Hobbit*. A segunda foi recontratar a tradutora da trilogia para dar alma àquela que é considerada hoje uma obra maior da literatura universal. A quase desconhecida tradutora, Fernanda Pinto Rodrigues, considerada hoje como uma das melhores tradutoras portuguesas, fez um trabalho exemplar, criando um glossário e léxico próprios que a ajudariam ao longo de 26 anos de “Projecto Tolkien”.

No entanto, os críticos literários de então “caíram-lhe/caíram-nos” em cima. Desde dizerem que não existe a palavra “hobbit” em português (pois não, nem em inglês, pois se foi Tolkien que a criou!) e que a obra se deveria intitular de *O Gnomo*, até criticarem a qualidade da tradução, tudo foi dito para instilar no leitor a desconfiança.

O facto é que as nossas traduções continuam a ter a preferência dos leitores portugueses e brasileiros; foram utilizadas para se fazer a legendagem dos filmes de Peter Jackson; e venderam até à data mais de quatro centenas de milhares de exemplares no nosso País... cada uma.

A obra é lembrada, a tradutora é lembrada, a crítica perdeu-se nas brumas do tempo...

Morris West e As Sandálias do Pescador:

Morris West era um autor muito apreciado em Portugal e, por isso mesmo, alvo fácil para a crítica que, não podendo atacar o autor, atacava a tradução (neste caso, de *As Sandálias do Pescador*, livro de algum modo profético pois fala em 1963 da eleição de um Papa do Leste).

Uma conhecida escritora, na altura também crítica literária, diz mal das habituais traduções da Europa-América. Neste caso específico, chama racista à editora por traduzir por amarelos o vocábulo inglês “yellows”, numa alusão aos povos do Extremo Oriente. Para quem lê a crítica, a senhora estará correcta e o Editor será racista. Para quem lê o livro, a senhora está enganada e não só não sabe de tradução como lhe falta alguma cultura geral, pois os “yellows” ou amarelos ou cobardes dão também por outro nome (ainda hoje) — os fura-greves.

Lorde Archer e O Evangelho Segundo Judas:

Jeffrey Archer é um escritor muito conhecido em todo o mundo. Mas mesmo os maiores escritores enfrentam por vezes o crivo da censura... em Portugal.

Em 2007, Lorde Archer resolve abandonar temporariamente os temas que lhe são mais queridos e escreve *O Evangelho Segundo Judas*. Para isso vai precisar da ajuda do Professor Moloney, que nos últimos dezoito anos foi membro da Comissão Teológica Internacional da Santa Sé (que tinha como Presidente o Cardeal Ratzinger /Papa Bento XVI). Archer escreveria o texto; Moloney asseguraria a cientificidade do mesmo.

O projecto é ambicioso; o lançamento simultâneo do livro em várias línguas será feito na Biblioteca do Vaticano e coberto pelas mais conhecidas estações internacionais de televisão; as Igrejas de cada país/editor associam-se ao evento; a Igreja portuguesa ignora-o.

Apesar do apoio do Vaticano, das diligências do Editor português junto da Igreja Católica, do entusiasmo dos órgãos de comunicação social, o livro acaba por ser ignorado por aqueles que mais interesse tinham em divulgá-lo...

Oswald Le Winter, Desmantelar a América e Democracia e Secretismo:

Estamos no rescaldo do 11 de Setembro de 2001. Poucos meses depois, pela mão de um jornalista com o qual fiz amizade, chega-me a notícia de que está escondido em Portugal um antigo membro da CIA que tem um livro “quente” para publicar.

Um pouco como se tivesse caído no meio de uma das histórias de John Le Carré, encontro-me com Oswald Le Winter em Lisboa, depois de ter parado em vários sítios e dirigindo-me, finalmente, a um sapateiro através de uma palavra-chave. Este faz um telefonema em inglês e indica-me a entrada de um prédio. Um homem gordo, de farta barba, ofegante, espera por mim. Nas mãos tem um manuscrito que diz ser perigoso: fala dos EUA, de manipulação, de teorias da conspiração, do 11 de Setembro, do Clube Bilderberg, dos portugueses envolvidos.

Assim que resolvo pela publicação e que a Europa-América torna pública a contratação, começamos a receber ameaças por telefone. A polícia é envolvida, são contratados guarda-costas para o dia do lançamento na Fnac do Colombo. E nesse dia recebemos uma ameaça de bomba. As instalações da Editora são fechadas, os trabalhadores são evacuados, chega a Brigada de Minas e Armadilhas, chegam as televisões e o lançamento é feito na Fnac.

A ameaça de bomba é notícia nos telejornais, todos querem entrevistar o autor e os livros tornam-se um caso de sucesso, cada um com várias edições.

Professor António Damásio e as transcrições:

O conhecido neurocientista português é também um perfeccionista. Depois do êxito que foi *O Erro de Descartes*, a fasquia está muito alta e o Professor resolve não deixar a tradução por mãos alheias. Ele próprio se encarregará de a fazer, ditando-a para cassetes que me vai enviando ao longo de meses. Eu próprio faço as transcrições e tenho longas sessões telefónicas com o Professor para esclarecimento de dúvidas e discussão de estilo e de vocábulos não existentes na língua portuguesa. Numa dessas longas conversas surge-nos a dúvida: como traduzir a palavra “imagery”; valerá a pena a tradução? Digo-lhe que sim, que poderá fazer escola. Chegamos a um consenso: “imagery” passará a ser “imagiologia”, vocábulo comumente utilizado hoje em dia.

É preciso preservar...

Provavelmente, grande parte dos leitores deste texto desconhecia estas oito pequenas histórias à volta da publicação de oito livros. Elas ajudam não só a caracterizar os autores como também os editores, seja pela oportunidade de publicação, seja pelo trabalho que desenvolvem intimamente com o escritor, seja ainda pelo esforço desenvolvido na defesa das obras ou traduções.

É preciso preservar as fontes documentais... é essencial que tal seja feito. Só assim teremos a “memória oficial das coisas”.

Mas, de igual modo, é essencial preservar os testemunhos, a memória dos homens, aquilo que tantas vezes nunca é posto em papel ou computador, que nunca passa a escrito. Para isso ser feito, é imprescindível a colaboração do Estado. Mas o Estado constrói excelentes bibliotecas e fica sem dinheiro para pôr lá o essencial: Livros!

Parece-me então que a cooperação mais viável será a que se tem de desenvolver com instituições privadas (como a Gulbenkian), através da recolha de testemunhos, de franquear o acesso ao acervo documental das editoras e à posterior divulgação e publicação de resultados pelas mais variadas formas: livro, internet, exposições, etc.

Como Editor, penso ser muito importante desenvolver o trabalho de preservação de fontes documentais e orais. Até para que em Portugal se passe a poder “ouvir” todas as partes: escritores, editores, críticos e leitores.

21 de Junho de 2013,
Francisco Pedro Lyon de Castro

VÁRIA

